

CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA
(para as Instituições de Estudos)

«HOMEM E MULHER OS CRIOU»

PARA UMA VIA DE DIÁLOGO
SOBRE A QUESTÃO DO *GENDER*
NA EDUCAÇÃO

CIDADE DO VATICANO
2019

INTRODUÇÃO

1. Difunde-se cada vez mais a consciência que nos encontramos diante de uma verdadeira e própria *emergência educativa*, de modo particular no que diz respeito aos temas da afetividade e da sexualidade. Em muitos casos são-nos apresentadas estruturas e propostas de percursos educativos que «propagam concepções da pessoa e da vida pretensamente neutras mas que, na realidade, refletem uma antropologia contrária à fé e à reta razão».¹ A desorientação antropológica que caracteriza amplamente o clima cultural do nosso tempo certamente contribuiu na destruturação da família com a tendência a apagar a diferenças entre homem e mulher, consideradas como simples efeitos de um condicionamento histórico-cultural.

2. É neste contexto que a *missão educativa* encontra-se com o desafio que «surge de várias formas duma ideologia genericamente chamada *gender*, que “nega a diferença e a reciprocidade natural de homem e mulher. Prevê uma sociedade sem diferenças de sexo, e esvazia a base antropológica da família. Esta ideologia leva a projetos educativos e diretrizes legislativas que promovem uma identidade pessoal e uma intimidade afetiva radicalmente desvinculadas da diversidade biológica entre homem e mulher. A identidade humana é determinada por uma opção individualista, que também muda com o tempo”».²

3. Parece evidente que a questão não pode ser isolada de um horizonte mais amplo como é a da educação para o amor,³ a qual deve oferecer –

¹ BENTO XVI, *Discurso aos Membros do Corpo Diplomático acreditados junto da Santa Sé*, 10 Janeiro 2011.

² PAPA FRANCISCO, Exortação apostólica pós sinodal *Amoris laetitia*, 19 Março 2016, n. 56.

³ Cf. JOÃO PAULO II, Exortação apostólica pós sinodal *Familiaris consortio*, 22 Novembro 1981, n. 6; cf. JOÃO PAULO II, Carta às famílias *Gratissimam sane*, 2 Fevereiro 1994, n. 16; cf.

como assinalou o Concílio Vaticano II – «uma positiva e prudente educação sexual» no âmbito do direito inalienável que todos têm a receber «uma educação correspondente ao próprio fim, acomodada à própria índole, sexo, cultura e tradições pátrias, e, ao mesmo tempo, aberta ao consórcio fraterno com os outros povos para favorecer a verdadeira unidade e paz na terra».⁴ A este respeito, a Congregação para a Educação Católica já ofereceu algumas explicações no documento: *Orientações Educativas sobre o Amor Humano*.⁵

4. A *visão antropológica cristã* vê na sexualidade uma componente fundamental da personalidade, um próprio modo de ser, de se manifestar, de comunicar com os outros, de sentir, de se exprimir e de viver o amor humano. Portanto, essa é parte integrante do desenvolvimento da personalidade e do seu processo educativo: «É do sexo, efetivamente, que a pessoa humana recebe aqueles caracteres que, no plano biológico, psicológico e espiritual, a fazem homem e mulher, condicionando por isso, em grande escala, a sua consecução da maturidade e a sua inserção na sociedade».⁶ No processo de crescimento «esta diversidade, que tem como fim a complementaridade dos dois sexos, permite responder plenamente ao desígnio de Deus conforme a vocação à qual cada um é chamado».⁷ Portanto, «a educação afetivo-sexual deve considerar a totalidade da pessoa e exigir, portanto, a integração dos elementos biológicos, psicoafectivos, sociais e espirituais».⁸

5. A Congregação para a Educação Católica, no âmbito das suas competências, pretende agora oferecer algumas reflexões que possam orientar

JOÃO PAULO II, “Pedagogia do corpo, ordem moral e manifestações afectivas”, *Audiência geral*, 8 Abril 1981.

⁴ CONCÍLIO VATICANO II, Declaração sobre educação cristã *Gravissimum educationis*, 28 Outubro 1965, n. 1.

⁵ CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, *Orientações educativas sobre o amor humano*, 1 Novembro 1983.

⁶ CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ, *Declaração Persona humana sobre alguns pontos de ética sexual*, 29 Dezembro 1975, n. 1.

⁷ *Orientações educativas sobre o amor humano*, n. 5.

⁸ *Ibid.*, n. 35.

e encorajar quantos estão empenhados na educação das novas gerações para fazer face com método as questões mais atuais acerca da sexualidade humana, à luz da vocação para o amor a que cada pessoa é chamada.⁹ Deste modo pretende-se promover uma metodologia articulada nas três atitudes de *escutar*, de *analisar* e de *proponer*, que favorecem o encontro com as exigências das pessoas e das comunidades. Na realidade, o ouvir as exigências do outro e a compreensão das diversas condições conduzem à partilha de elementos racionais e preparam para uma educação cristã radicada na fé que «ilumina todas as coisas com uma luz nova, e faz conhecer o desígnio divino acerca da vocação integral do homem e, dessa forma, orienta o espírito para soluções plenamente humanas».¹⁰

6. Para empreender a via do diálogo sobre a questão do *gender* na educação é necessário ter presente a diferença entre a *ideologia do gender* e as diversas investigações sobre *gender* realizadas pelas ciências humanas. Enquanto a ideologia pretende, como afirma o Papa Francisco, «dar resposta a certas aspirações por vezes compreensíveis», mas procura «impor-se como pensamento único que determina até mesmo a educação das crianças»¹¹ e portanto exclui o encontro, não faltam investigações sobre o *gender* que procuram aprofundar adequadamente o modo em que se vive, nas diversas culturas, a diferença sexual entre homem e mulher. É em relação a estas investigações que é possível abrir-se à escuta, à análise e à proposta.

7. Portanto, a Congregação para a Educação Católica confia este texto – de modo especial nos contextos que este fenómeno é mais relevante – a quantos se preocupam com a educação, particularmente às comunidades educativas das escolas católicas e a quantos, animados pela visão cristã da vida, trabalham nas outras escolas, aos pais, aos alunos, aos dirigentes e ao pessoal, mas também aos bispos, aos sacerdotes, às religiosas e aos religiosos, aos movimentos eclesiais, às associações de fiéis e a outras organizações do setor.

⁹ Cf. *Ibid.*, nn. 21-47, onde se expõem a conceção cristã da sexualidade.

¹⁰ CONCILIO VATICANO II, Constituição pastoral sobre a Igreja no mundo contemporâneo *Gaudium et spes*, 7 Dezembro 1965, n. 11.

¹¹ *Amoris laetitia*, n. 56.

OUVIR

Breve história

8. A primeira atitude que se deseja colocar em *diálogo* é o *escutar*. Trata-se, antes de mais, de escutar e compreender o que tem acontecido nos últimos decénios. O advento do século XX – com as suas visões antropológicas – traz consigo as primeiras concepções de *gender*, por um lado assente numa leitura puramente sociológica da diferenciação sexual e por outro sob a influência da liberdade individual. Nasce, na realidade, na metade do século, uma linha de estudos que insistiram em acentuar o condicionamento externo como fator mas também na sua influência sobre a determinação da personalidade. Aplicados à sexualidade tais estudos quiseram demonstrar como a identidade sexual derivava mais de uma construção social do que de um dado natural ou biológico.

9. Estas concepções convergem para a negação da existência de um dom originário que nos precede e é constitutivo da nossa identidade pessoal, formando a base necessária para todo o nosso agir. Nas relações interpessoais, aquilo que conta seria somente o afeto entre os indivíduos, prescindindo da diferença sexual e da procriação, considerados como irrelevantes para a construção da família. Passa-se de um modelo institucional de família – tendo este uma estrutura e finalidade que não depende das preferências subjetivas e individuais dos conjugues – a uma visão puramente contratualista e voluntarista.

10. Com o tempo, as teorias do *gender* ampliaram o campo das suas aplicações. No início dos anos noventa do século passado concentraram-se na possibilidade dos indivíduos de autodeterminarem as próprias inclinações sexuais sem ter em conta a reciprocidade e complementaridade da relação homem-mulher e da finalidade reprodutora da sexualidade.

Chega-se por fim à teorizar uma radical separação entre género (*gender*) e sexo (*sex*), com prioridade ao primeiro sobre o segundo. Tal meta é vista como uma etapa importante da evolução da humanidade, a qual «prevê uma sociedade sem diferenças de sexo».¹²

11. Neste *contexto cultural*, compreende-se muito bem que *sexo* e *género* já não são sinónimos e, por tanto, conceitos intercambiáveis, na medida que descrevem duas entidades diversas. O sexo define a nossa pertença a uma das duas categorias biológicas derivadas da díade original, feminina e masculina. O género, por sua vez, é o modo como se vive em cada cultura a diferença entre os dois sexos. O problema não está na distinção por si só, a qual pode ser interpretada retamente, mas numa separação entre sexo e *gender*. Esta separação tem como consequência a diferenciação de diversas “orientações sexuais” que já não se apresentam definidas pela diferença sexual entre masculino e feminino, mas podem assumir outras formas, determinadas somente pelo indivíduo radicalmente autónomo. Para além disso, o próprio conceito de *gender* depende da atitude subjetiva da pessoa, que pode escolher um género que não corresponde à sua sexualidade biológica e, portanto, com o modo como os outros o consideram (*transgender*).

12. Numa crescente contraposição entre natureza e cultura, as propostas *gender* confluem no *queer*, isto é, numa dimensão fluida, flexível, nómada, ao ponto de sustentar a completa emancipação do indivíduo da qualquer definição sexual dada *a priori*, com a consequente perda das classificações consideradas rígidas. Deixa-se, deste modo, espaço para *nuances* que variam em grau e intensidade no contexto, quer seja da orientação sexual, quer seja na identificação do próprio *gender*.

13. A dualidade do casal, além disso, entra em conflito com os “poli-amores” que incluem mais de dois indivíduos. Portanto, pode-se constatar que a duração da relação – e a sua natureza vinculante – se estrutura de modo variável segundo o desejo contingente dos indivíduos com consequências ao nível da partilha de responsabilidades e das obrigações inerentes à maternidade e à paternidade. Toda esta variedade de relações

¹² *Idem*.

tornam-se “parentais” (*kinships*), fundadas sobre desejo ou afeto, muitas vezes marcadas por um tempo determinado, eticamente flexíveis ou mesmo consensualmente privadas de um qualquer projeto. A regra que impera é a absoluta *liberdade de autodeterminação* e a escolha circunstancial de qualquer indivíduo no contexto de uma qualquer relação afetiva.

14. Apela-se, deste modo, ao reconhecimento público da liberdade de escolha do género e também da pluralidade de uniões em contraposição ao matrimónio entre homem e mulher considerado herança da sociedade patriarcal. Desejar-se-ia, portanto, que cada indivíduo possa escolher a própria condição e que a sociedade deva limitar-se a garantir tal direito, mesmo mediante uma comparticipação material, caso contrário teriam lugar formas de discriminação social para as minorias. A reivindicação de tais direitos entrou no âmbito político moderno, obtendo acolhimento em alguns documentos internacionais e inserindo-se em algumas legislações nacionais.

Pontos de encontro

15. No quadro das investigações sobre o *gender* emergem, todavia, alguns possíveis pontos de encontro para crescimento na compreensão recíproca. Não é raro, na realidade, que os projetos educativos tenham a partilhável e valorizável exigência de lutar contra cada expressão de injusta discriminação. Estes buscam uma ação pedagógica, sobretudo com o reconhecimento dos atrasos e das faltas.¹³ Não se pode negar, na realidade, que no decurso dos séculos apareceram formas de injusta subordinação que tristemente marcaram a história, e que também tiveram um influxo dentro da Igreja. Isto originou uma rigidez e imobilidade que retardou a necessária e progressiva inculturação da genuína mensagem com a qual Jesus proclamava a *igual dignidade entre homem e mulher*, dando lugar a acusações de um certo machismo mais ou menos mascarado de motivações religiosas.

¹³ Cf. PAPA FRANCISCO, *Discurso aos participantes na Assembleia Geral da Pontifícia Academia para a Vida*, 5 Outubro 2017.

16. Um ponto de encontro é a educação das crianças e dos jovens para que *respeitem cada pessoa* na sua peculiar e diferente condição, de modo que ninguém, por causa das próprias condições pessoais (deficiência, raça, religião, tendências afetivas, etc.), possa tornar-se objeto de *bullying*, violência, insultos e discriminações injustas. Trata-se de uma educação para a cidadania ativa e responsável, na qual todas as legítimas expressões da pessoa sejam acolhidas com respeito.

17. Um outro ponto de crescimento na compreensão antropológica são *os valores da feminidade* que foram evidenciados na reflexão sobre o *gender*. Na mulher, por exemplo, a «capacidade para o outro» favorece uma leitura mais realista e madura das situações contingentes, desenvolvendo «em si o sentido e o respeito do concreto, que se opõe às abstrações, muitas vezes mortais para a existência dos indivíduos e da sociedade».¹⁴ Trata-se de um acréscimo que enriquece as relações humanas e os valores do espírito «a partir das relações quotidianas entre as pessoas». Por isso, a sociedade é em grande parte devedora às mulheres que estão «empenhadas nos mais distintos sectores da *atividade educativa*, para além da família: infantários, escolas, universidades, instituições de assistência, paróquias, associações e movimentos».¹⁵

18. A mulher tem a capacidade de compreender a realidade de modo único: sabendo resistir às adversidades, tornando «a vida ainda possível, mesmo em situações extremas» e conservando «um sentido tenaz do futuro».¹⁶ Não é por acaso, na realidade, que «onde quer que se revele necessário um trabalho de formação, pode-se constatar a imensa disponibilidade das mulheres a dedicarem-se às relações humanas, especialmente em prol dos mais débeis e indefesos. Nesse trabalho, elas realizam uma forma de *maternidade afetiva, cultural e espiritual*, de valor realmente inestimável, pela incidência que tem no desenvolvimento da pessoa e no futuro da sociedade. E como não lembrar aqui o testemunho de tantas mulheres católicas e de tantas Congregações religiosas femininas, que

¹⁴ CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ, *Carta aos Bispos da Igreja Católica sobre a colaboração do homem e da mulher na Igreja e no mundo*, 31 Maio 2004, n. 13.

¹⁵ JOÃO PAULO II, *Carta às Mulheres*, 29 Junho 1995, n. 9.

¹⁶ CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ, *Carta aos Bispos*, n. 13.

nos vários continentes, fizeram da educação, especialmente dos meninos e meninas, o seu principal serviço?».¹⁷

Criticidade

19. No entanto existem alguns *pontos críticos* que se apresentam na vida real. As teorias de *gender* indicam – especialmente as mais radicais – um processo progressivo de desnaturalização ou distanciamento da *natureza* dirigindo-se para uma opção total pelas decisões do sujeito emotivo. Com esta atitude, a identidade sexual e a família tornam-se dimensões da “liquidez” e “fluidez” pós-moderna: fundada somente sobre uma liberdade do sentimento e do querer mal compreendida mais do que sobre a verdade do ser; sobre desejo momentâneo da pulsão emotiva e sobre vontade individual.

20. Os pressupostos das teorias acima mencionadas conduzem a um *dualismo antropológico*: à separação entre corpo reduzido à matéria inerte e a vontade que se torna absoluta, manipulando o corpo para o seu próprio prazer. Este fisicismo e voluntarismo dão lugar ao relativismo, onde tudo é equivalente e indiferenciado, sem ordem e sem finalidade. Todas estas teorias, das moderadas às mais radicais, afirmam que o *gender* (género) acaba por ser mais importante que o *sex* (sexo). Isto determina, em primeiro lugar, uma revolução cultural e ideológica no horizonte relativista, e em segundo lugar uma revolução jurídica, porque estas instâncias promovem direitos individuais e sociais específicos.

21. Na realidade, ocorre que a defesa das diferentes identidades acabem frequentemente perseguida reivindicando-as como perfeitamente *indiferentes entre si* e, portanto, negando-lhes de facto a sua relevância. Isto assume particular importância em ordem à diferença sexual: frequentemente, na realidade, o conceito genérico de “não discriminação” esconde uma ideologia que nega a diferença e a reciprocidade natural entre homem e mulher. «Em vez de contrastar as interpretações negativas da diferença sexual, que mortificam o seu valor irredutível para a dignidade humana,

¹⁷ JOÃO PAULO II, *Carta às Mulheres*, n. 9.

deseja-se efetivamente anular esta diferença, propondo técnicas e práticas que a tornam irrelevante para o desenvolvimento da pessoa e para os relacionamentos humanos. Mas a utopia do “neutro” remove tanto a dignidade humana da constituição sexualmente diferente como, ao mesmo tempo, a qualidade pessoal da transmissão generativa da vida». ¹⁸ Esvazia-se – deste modo – a base antropológica da família.

22. Esta ideologia induz a projetos educativos e a orientações legislativas que promovem uma identidade pessoal e uma intimidade afetiva radicalmente desvinculada da *diferença biológica* entre masculino e feminino. A identidade humana é entregue a uma opção individualista, mutável com o tempo, expressão do modo de pensar e agir, hoje difundido, que confunde «a liberdade genuína com a ideia de que cada um julga como lhe parece, como se, para além dos indivíduos, não houvesse verdades, valores, princípios que nos guiam, como se tudo fosse igual e tudo se devesse permitir». ¹⁹

23. O Concílio Vaticano II, interrogando-se sobre o que pensa a Igreja da pessoa humana, afirma que «o homem, ser uno, composto de corpo e alma, sintetiza em si mesmo, pela sua natureza corporal, os elementos do mundo material, os quais, por meio dele, atingem a sua máxima elevação e louvam livremente o Criador». ²⁰ Com esta dignidade, «não se engana o homem, quando se reconhece por superior às coisas materiais e se considera como algo mais do que simples parcela da natureza ou anónimo elemento da cidade dos homens». ²¹ Portanto, «é preciso não confundir as expressões *ordem da natureza* e *ordem biológica*, nem identificar o que elas designam. A ordem biológica é ordem da natureza na medida em que é acessível aos métodos empíricos-descritivos das ciências naturais; mas enquanto ordem específica da existência que permanece em evidente referência à Causa Primeira, a Deus Criador, não é uma ordem biológica». ²²

¹⁸ PAPA FRANCISCO, *Discurso aos participantes na Assembleia Geral da Pontifícia Academia para a Vida*, n. 3.

¹⁹ *Amoris laetitia*, n. 34.

²⁰ *Gaudium et spes*, n. 14.

²¹ *Idem*.

²² K. WOJTYŁA, *Amor e responsabilidade. Estudo ético*, São Paulo 1982, p. 52.

ANALISAR

Argumentos racionais

24. O estudo do perfil histórico, dos pontos de encontro e da crítica na questão do *gender* conduz na direção de considerações à luz da razão. Existem, de facto, argumentos racionais que clarificam a *centralidade do corpo* como elemento integrante da identidade pessoal e das relações familiares. O corpo é subjetividade que comunica a identidade do ser.²³ À luz disto compreende-se o dado das ciências biológicas e médicas, segundo o qual o “dimorfismo sexual” (ou a diferença sexual entre homem e mulher) é comprovado pela ciência, entre as quais, por exemplo, a genética, a endocrinologia e a neurologia. Do ponto de vista genético, as células do homem (que contêm os cromossomas XY) são diferentes daquelas da mulher (a que equivalem os cromossomas XX) desde a concepção. De resto, no caso da indeterminação sexual é a medicina que intervém para uma terapia. Nestas situações específicas, não são os pais nem tão pouco a sociedade que podem fazer uma escolha arbitrária, mas é a *ciência médica* que intervém com finalidade terapêutica, ou seja operando de modo menos invasivo na base de parâmetros objetivos de modo a explicitar a identidade constitutiva.

25. O *processo de identificação* é obstaculizado pela construção fictícia de um “género neutro” ou “terceiro género”. Deste modo anula-se a sexualidade como qualificação estruturante da identidade masculina e feminina. A tentativa de superar a diferença constitutiva de masculino e feminino, como ocorre na intersexualidade ou no *transgender*, conduz a uma ambiguidade masculina e feminina, que pressupõem de modo contraditório

²³ Cf. JOÃO PAULO II, Carta encíclica *Veritatis splendor*, 6 Agosto 1993, n. 48.

aquela diferença sexual que se pretende negar ou superar. Esta oscilação entre masculino e feminino torna-se, no final, uma exposição somente “provocatória” contra os chamados “esquemas tradicionais” que não têm em conta o sofrimento daqueles que vivem numa condição indeterminada. Tal concepção procura aniquilar a natureza (tudo o que recebemos como fundamento prévio do nosso ser e todas as nossas ações no mundo), enquanto ali é implicitamente reafirmado.

26. Também a análise filosófica mostra como a *diferença sexual* masculino/feminino é parte constitutiva da identidade humana. Na filosofia greco-latina a *essência* coloca-se como elemento transcendente que recompõe e harmoniza a diferença entre feminino e masculino na unicidade da *persona humana*. Na tradição hermenêutico-fenomenológica seja a distinção, seja a complementaridade sexual vêm interpretadas em chave simbólica e metafórica. A diferença sexual constitui, na relação, a identidade pessoal seja em sentido horizontal (*diádico*: homem-mulher) seja em sentido vertical (*triádico*: homem-mulher-Deus), seja no âmbito da relação interpessoal homem-mulher (eu/tu) seja no âmbito da relação familiar (tu/eu/nós).

27. A própria *formação da identidade* baseia-se na alteridade: no confronto imediato com o “tu” diferente de mim reconheço a essência do meu “eu”. A diferença é a condição para o conhecimento de modo genérico, e do conhecimento da própria identidade. Na família o confronto com a mãe e o pai facilita à criança o processo de elaboração da própria identidade/diferença sexual. As teorias psicanalíticas demonstram o *valor tripolar* da relação pais/filho, afirmando que a identidade sexual emerge plenamente somente no confronto sinérgico da diferenciação sexual.

28. A *complementaridade* fisiológica, baseada na diferença sexual, assegura as condições necessárias para a procriação. O recurso, por sua vez, às tecnologias reprodutivas pode consentir a geração a um dos elementos de um casal de pessoas do mesmo sexo, com a “fecundação *in vitro*” e a maternidade de aluguer: mas o uso das tecnologias não equivale à concepção natural, na medida que comporta manipulação de embriões humanos, fragmentação da parentalidade, instrumentalização e/ou mercantilização

do corpo humano, sem esquecer a redução da criança a um objeto de uma tecnologia científica.²⁴

29. De modo particular, no que diz respeito ao setor escolástico, é próprio da natureza da educação a capacidade de construir as bases para um diálogo pacífico e permitir o encontro profícuo entre as pessoas e as ideias. Apresenta-se, além disso, de modo não secundário a perspectiva de um alargamento da razão à *dimensão transcendente*. O diálogo entre fé e razão «não quer limitar-se a um estéril exercício intelectual, deve partir da atual situação concreta do homem, e sobre ela desenvolver uma reflexão que reúna a sua verdade ontológico-metafísica».²⁵ Coloca-se nesta dimensão a missão evangelizadora da Igreja sobre o homem e sobre a mulher.

²⁴ Cf. CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ, Instrução sobre o respeito da vida humana nascente e a dignidade da procriação – *Donum vitae*, 22 Fevereiro 1987, n. 4.

²⁵ BENTO XVI, *Discurso aos participantes do VI Simpósio Europeu dos Professores Universitários*, Roma, 7 Junho 2008.

PROPOR

Antropologia cristã

30. A Igreja – mãe e mestra – não se limita a escutar mas, fortificada pela sua missão, abre-se à razão e põe-se ao serviço da comunidade humana, oferecendo as suas propostas. Na realidade, é evidente que sem uma clarificação convincente da *antropologia* sobre a qual se funda o significado da sexualidade e da afetividade não é possível estruturar de modo correto um percurso educativo coerente com a natureza do homem como pessoa, com o fim de orientá-lo para a plenitude da sua identidade sexual no contexto da vocação ao dom de si. E o primeiro passo desta clarificação antropológica consiste no reconhecimento que «também o homem possui uma natureza, que deve respeitar e não pode manipular como lhe apetece».²⁶ É esta a questão fulcral daquela ecologia humana que procura «o reconhecimento da dignidade peculiar do ser humano» e «a relação necessária da vida do ser humano com a lei moral inscrita na sua própria natureza».²⁷

31. A antropologia cristã funda as suas raízes na narração das origens como são descritas no Livro do Génesis onde está escrito que «Deus criou o homem à sua imagem [...] homem e mulher os criou» (*Gen* 1, 27). Nestas palavras encontra-se o núcleo não só da criação mas também da relação vivificante entre homem e mulher, colocando-os em íntima união com Deus. O *si mesmo* e o *outro* completam-se segundo a sua específica identidade e encontram-se naquilo que constitui uma dinâmica de reciprocidade, sustentada e derivada do Criador.

²⁶ BENTO XVI, *Discurso ao Reichstag de Berlim*, 22 Setembro 2011.

²⁷ PAPA FRANCISCO, Carta encíclica sobre o cuidado da casa comum *Laudato si'*, 24 Maio 2015, nn. 154-155.

32. As palavras bíblicas revelam o desejo sábio do Criador que «assinalado como característica do homem o corpo, a sua masculinidade e feminilidade; e que na masculinidade e feminilidade lhe assinalou em certo sentido como característica a sua humanidade, a dignidade da pessoa, e também o sinal transparente da “comunhão” interpessoal, em que o homem mesmo se realiza através do autêntico dom de si». ²⁸ Portanto, a *natureza humana* – superando todo o fisicismo ou naturalismo – deve-se compreender à luz da *unidade da alma e do corpo*, a «unidade das suas inclinações tanto de ordem espiritual como biológica, e de todas as outras características específicas, necessárias para a obtenção do seu fim». ²⁹

33. Nesta «totalidade unificada» ³⁰ integra-se a dimensão vertical da comunhão com Deus e da dimensão horizontal da comunhão interpessoal, à qual o homem e a mulher são chamados. ³¹ A identidade pessoal amadurece de modo autêntico no momento em que se abre aos outros, precisamente porque «na configuração do próprio modo de ser – feminino ou masculino –, não confluem apenas fatores biológicos ou genéticos, mas uma multiplicidade de elementos que têm a ver com o temperamento, a história familiar, a cultura, as experiências vividas, a formação recebida, as influências de amigos, familiares e pessoas admiradas, e outras circunstâncias concretas que exigem um esforço de adaptação». ³² Na realidade, «para a pessoa humana é essencial o facto de que só se torna ela mesma a partir do outro, o “eu” só se torna ele próprio a partir do “tu” e do “vós”,

²⁸ JOÃO PAOLO II, “Pedagogia do corpo, ordem moral e manifestações afetivas”, *Audiência geral*, 8 Abril 1981.

²⁹ *Veritatis splendor*, n. 50.

³⁰ Cf. *Idem*.

³¹ «O homem e a mulher constituem dois modos segundo os quais a criatura humana realiza uma determinada participação do Ser divino: foram criados à “imagem e semelhança de Deus” e realizam completamente tal vocação não só como pessoas singulares, mas também como casal, qual comunidade de amor, orientados para a união e a fecundidade, o homem e a mulher casados participam do amor criador de Deus, vivendo a comunhão com Ele através do outro», *Orientações educativas sobre o amor humano*, n.º 26. Cf. também CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, *Educar para o diálogo intercultural na escola católica. Viver juntos para uma civilização de amor*, 28 Outubro 2013, n. 35-36.

³² *Amoris laetitia*, n. 286.

é criado para o diálogo, para a comunhão sincrónica e diacrónica. E só o encontro com o “tu” e com o “nós” abre o “eu” a si mesmo».³³

34. É necessário confirmar a raiz metafísica da diferença sexual: homem e mulher, na realidade, são as duas modalidades nas quais se exprime e realiza a realidade ontológica da pessoa humana. É esta a resposta antropológica à negação da dualidade entre masculino e feminino da qual se gera a família. A negação de tal dualidade não só anula a visão da criação, mas designa uma pessoa abstrata «que em seguida escolhe para si, autonomamente, qualquer coisa como sua natureza. Homem e mulher são contestados como exigência, ditada pela criação, de haver formas da pessoa humana que se completam mutuamente. Se, porém, não há a dualidade de homem e mulher como um dado da criação, então deixa de existir também a família como realidade pré-estabelecida pela criação. Mas, em tal caso, também a prole perdeu o lugar que até agora lhe competia, e a dignidade particular que lhe é própria».³⁴

35. Nesta perspetiva, educar para a sexualidade e para a afetividade significa aprender «com perseverança e coerência [...] qual é o significado de corpo»³⁵ em toda a verdade original da masculinidade e da feminilidade; significa portanto «aprender a aceitar o próprio corpo, a cuidar dele e a respeitar os seus significados [...]. Também é necessário ter apreço pelo próprio corpo na sua feminilidade ou masculinidade, para se poder reconhecer a si mesmo no encontro com o outro que é diferente [...], e enriquecer-se mutuamente».³⁶ Portanto, à luz de uma *ecologia plenamente humana e integral*, a mulher e o homem reconhecem o significado da sexualidade e da parentalidade naquela intrínseca intenção relacional e comunicativa que atravessa a própria corporeidade e os envia um para o outro mutuamente.

A família

36. A família é o lugar natural no qual esta relação de reciprocidade e comunhão entre o homem e a mulher encontra plena atuação. Nesta, o

³³ BENTO XVI, *Discurso à assembleia geral da Conferência Episcopal Italiana*, 27 Maio 2010.

³⁴ BENTO XVI, *Discurso à Cúria Romana*, 21 Dezembro 2012.

³⁵ *Amoris laetitia*, n. 151.

³⁶ *Laudato si'*, n. 155.

homem e a mulher unidos na escolha livre e consciente do *pacto de amor* conjugal, realizam «uma totalidade em que entram todas as componentes da pessoa – apelo do corpo e do instinto, força do sentimento e da afetividade, aspiração do espírito e da vontade». ³⁷ A família é «uma realidade antropológica e, conseqüentemente, social, cultural», de tal modo que «qualificar com conceitos de natureza ideológica, que só são válidos num determinado momento da história, e depois caducam» ³⁸ significa trair o seu valor. A família, enquanto sociedade natural na qual a reciprocidade e complementaridade entre homem e mulher se realizam plenamente, precede a mesma ordem sociopolítica do Estado, cuja livre atividade legislativa deve ter isso em conta e dar-lhe o justo reconhecimento.

37. É racionalmente compreensível que na própria natureza da família se fundam dois direitos fundamentais que devem sempre ser sustentados e garantidos. O primeiro é o direito da família a ser reconhecida como o espaço pedagógico primário para a formação da criança. Tal «direito primário» traduz-se deste modo concretamente no «gravíssimo dever» ³⁹ dos pais em assumirem a responsabilidade da «educação completa dos filhos de modo pessoal e social», ⁴⁰ e por isso, também lhes compete a educação para a identidade sexual e afetividade, «no quadro de uma educação para o amor, à recíproca doação». ⁴¹ Trata-se de um *direito-dever educativo* que «qualifica-se como essencial, ligado como está à transmissão da vida humana; como original e primário, em relação ao dever de educar dos outros, pela unicidade da relação de amor que subsiste entre pais e filhos; como insubstituível e inalienável, e portanto, não delegável totalmente a outros ou por outros usurpável». ⁴²

³⁷ CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA, n. 1643.

³⁸ PAPA FRANCISCO, *Discurso aos participantes do Encontro internacional sobre a complementaridade entre homem e mulher, promovido pela Congregação para a Doutrina da Fé*, 17 Novembro 2014.

³⁹ *Código de Direito Canónico*, can. 1136; cf. *Código de Cânones das Igrejas Orientais*, can. 627.

⁴⁰ *Gravissimum educationis*, n. 3.

⁴¹ *Amoris laetitia*, n. 280.

⁴² JOÃO PAULO II, Exortação Apóstolica *Familiaris consortio*, 22 de novembro de 1981, n. 36.

38. Um outro direito, não de todo secundário, é aquele que a criança tem «de crescer numa família, com um pai e com uma mãe, capazes de criar um ambiente propício para o seu desenvolvimento e amadurecimento, continuando a amadurecer na relação, no confronto com aquilo que representa a masculinidade e a feminilidade de um pai e de uma mãe, e assim preparando a maturidade afetiva».⁴³ E é precisamente no interior do próprio *núcleo familiar* que a criança pode ser educada a reconhecer o valor e a beleza da diferença sexual, da paridade, da reciprocidade biológica, funcional, psicológica e social. «Diante de uma cultura que “banaliza” em grande parte a sexualidade humana, [...] o serviço educativo dos pais deve dirigir-se com firmeza para uma cultura sexual que seja verdadeira e plenamente pessoal. A sexualidade, de facto, é uma riqueza de toda a pessoa – corpo, sentimento e alma – e manifesta o seu significado íntimo ao levar a pessoa ao dom de si no amor».⁴⁴ Estes direitos acompanham naturalmente todos os outros direitos fundamentais da pessoa, particularmente o da liberdade de pensamento, de consciência e de religião. Nestes espaços pode-se fazer nascer profícuas experiências de colaboração entre todos os sujeitos envolvidos na educação.

A escola

39. A ação educativa da família une-se à da escola, a qual interage de modo subsidiário. Fortalecida pela sua fundação evangélica, «a escola católica caracteriza-se por ser uma escola para a pessoa e das pessoas. “A pessoa de cada um, com as suas necessidades materiais e espirituais, é central na mensagem de Jesus: por isso a promoção da pessoa humana é o fim da escola católica”. Esta afirmação, sublinhando a relação vital do homem com Cristo, recorda que na Sua pessoa se encontra a plenitude da verdade acerca do homem. Por isso a escola católica, obedecendo à solicitude da Igreja, empenha-se em promover o homem na sua integridade, consciente de que todos os valores humanos encontram a sua realização plena e por-

⁴³ PAPA FRANCISCO, *Discurso a uma Delegação do Departamento Internacional Católico para a Infância (BICE)*, 11 Abril 2014.

⁴⁴ *Familiaris consortio*, n. 37.

tanto a sua unidade em Cristo. Esta consciência manifesta a centralidade da pessoa no projeto educacional da escola católica, reforça o seu empenhamento educativo e torna-a apta a educar personalidades fortes».⁴⁵

40. A escola católica deve tornar-se numa comunidade educativa na qual a pessoa exprime-se a si mesma e cresce humanamente num processo de relação dialógica, interagindo de modo construtivo, exercitando a tolerância, compreendendo os diversos pontos de vista, criando confiança num ambiente de autentica concórdia. Instaure-se, assim, a verdadeira «*comunidade educativa*, espaço de convivência das diferenças. A escola-comunidade é lugar de encontro, promove a participação, dialoga com a família, primeira comunidade de pertença dos alunos que a frequentam, respeitando a cultura e colocando-se em escuta profunda das necessidades que encontra e das esperanças da qual é destinatária».⁴⁶ Deste modo os jovens e as jovens são acompanhados por uma comunidade que «estimula-os a superar o individualismo e a descobrir, à luz da fé, que são chamados a viver de maneira responsável uma vocação específica em solidariedade com os outros homens».⁴⁷

41. Também os educadores cristãos, que vivem a sua vocação na escola não católica, dão testemunho da verdade da pessoa humana e estão ao serviço da sua promoção. Na realidade, «a formação integral do homem, como finalidade da educação, compreende o desenvolvimento de todas as faculdades humanas do educando, a sua preparação para a vida profissional, a formação do seu sentido ético e social, a sua abertura ao transcendente e a sua educação religiosa».⁴⁸ O *testemunho pessoal*, unido à competência profissional, contribui para a obtenção destes objetivos.

42. A *educação da afetividade* tem necessidade de uma linguagem adequada e ponderada. Em primeiro lugar, essa deve ter em conta que as crianças

⁴⁵ CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, *A escola católica no limiar do terceiro milénio*, 28 Dezembro 1997, n. 9.

⁴⁶ *Educar para o diálogo intercultural na escola católica. Viver juntos para uma civilização de amor*, n. 58 (tradução da versão italiana).

⁴⁷ CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, *A escola católica*, 19 Março 1977, n. 45.

⁴⁸ CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, *O leigo católico testemunha da fé na escola*, 15 Outubro 1982, n. 17.

e os jovens ainda não alcançaram a plena maturidade e preparam-se para descobrir a vida com interesse. Portanto, é necessário ajudar os alunos a desenvolver «sem o desenvolvimento do sentido crítico perante uma invasão de propostas, perante a pornografia descontrolada e a sobrecarga de estímulos que podem mutilar a sexualidade».⁴⁹ Na presença de um bombardeamento de mensagens ambíguas e vagas – cujo fim é uma desorientação emotiva e impedir da maturidade psicorelacional – «faz falta ajudá-los a identificar e procurar as influências positivas, ao mesmo tempo que se afastam de tudo o que desfigura a sua capacidade de amar».⁵⁰

A sociedade

43. No processo educativo não poderá faltar um olhar de conjunto sobre sociedade atual. A *transformação das relações interpessoais* e sociais «agitou com frequência a “bandeira da liberdade”, mas na realidade trouxe devastação espiritual e material a numerosos seres humanos, de maneira especial aos mais vulneráveis. É cada vez mais evidente que o declínio da cultura do matrimónio está associado a um aumento de pobreza e a uma série de numerosos outros problemas sociais que atingem em medida desproporcional as mulheres, as crianças e os idosos. E são sempre eles quem mais sofre nesta crise».⁵¹

44. Por estes motivos, a família não pode ser abandonada no desafio educativo. Naquilo que lhe diz respeito, a Igreja continua a oferecer apoio às famílias e aos jovens em comunidades abertas e acolhedoras. A escola e as comunidades locais, em particular, são chamadas a desenvolver uma grande missão, ainda se esta não se substitui aos pais, mas são-lhes complementares.⁵² A relevante urgência do desafio formativo pode constituir hoje um forte estímulo para reconstruir *a aliança educativa entre família, escola e sociedade*.

⁴⁹ *Amoris laetitia*, n. 281.

⁵⁰ *Idem*.

⁵¹ PAPA FRANCISCO, *Discurso aos participantes do Encontro internacional sobre a complementaridade entre homem e mulher, promovido pela Congregação para a Doutrina da Fé*.

⁵² Cf. *Amoris laetitia*, n. 84.

45. Como é difusamente reconhecido, este pacto educativo entrou em crise. É urgente promover uma aliança substancial e não burocrática, que harmonize, no projeto partilhado de «uma positiva e prudente educação sexual»,⁵³ a primária responsabilidade dos pais com o dever de professores. Deve-se criar as condições para um encontro construtivo entre os vários sujeitos com o fim de instaurar um clima de transparência, interagindo e mantendo-se constantemente informados sobre esta atividade educativa para facilitar o empenho e evitar inúteis tensões que poderão surgir por causa de incompreensões por falta de clareza, informação e competência.

46. No horizonte desta aliança, a ação educativa deve ser formatada no *princípio de subsidiariedade*. «Quaisquer que sejam os colaboradores no processo educativo devem agir em nome dos pais, com o seu consenso e, em certa medida, também com o seu mandato».⁵⁴ Procedendo em conjunto família, escola e sociedade podem articular percursos de educação para a afetividade e para a sexualidade orientados para o respeito pelo corpo do outro e para o respeito dos tempos da própria maturidade sexual e afetiva, tendo em conta a especificidade fisiológica e psicológica, e também das fases de crescimento e maturidade neuro cognitiva das meninas e dos meninos de modo a acompanhá-los no seu crescimento de maneira sã e responsável.

A formação dos formadores

47. À efetiva realização do projeto pedagógico são chamados de modo responsável todos os formadores. A sua personalidade madura, a sua preparação e o seu equilíbrio influenciam fortemente os educandos.⁵⁵ Portanto, é importante ter em consideração na sua formação, para além do aspetos profissionais, também aqueles de ordem cultural e espiritual.

⁵³ *Gravissimum educationis*, n. 1.

⁵⁴ JOÃO PAULO II, Carta às famílias *Gratissimam sane*, n. 16; cf. PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A FAMÍLIA, *Sexualidade humana: verdade e significado. Orientações educativas na família*, 8 Dezembro 1995, n. 23.

⁵⁵ Cf. *Orientações educativas sobre o amor humano*, n. 79.

A *educação da pessoa*, especialmente na idade evolutiva, necessita de um cuidado particular e de uma constante atualização. Não se trata somente de uma simples repetição dos temas disciplinares. Aos educadores espera-se que saibam «guiá-los numa aprendizagem significativa e profunda; exige-se que saibam acompanhar os alunos rumo a objetivos elevados e desafiantes, demonstrar elevadas expectativas em relação a eles, envolver e relacionar os estudantes entre eles e com o mundo».⁵⁶

48. A responsabilidade dos diretores, do corpo docente e do pessoal auxiliar é a de garantir um serviço qualificado coerente com os princípios cristãos que constituem a identidade do projeto educativo, mas também de interpretar os desafios contemporâneos através de um testemunho quotidiano feito na base da compreensão, da objetividade e da prudência.⁵⁷ É, na realidade, aceite por todos que «O homem contemporâneo escuta com melhor boa vontade as testemunhas do que os mestres, dizíamos ainda recentemente a um grupo de leigos, ou então se escuta os mestres, é porque eles são testemunhas».⁵⁸ A *autoridade do educador* configura-se, por tanto, como a confluência concreta de uma «formação geral, baseada sobre uma conceção positiva e construtiva da vida e sobre o esforço constante para realizá-la. Uma tal formação vai mesmo além da necessária preparação profissional e atinge os aspetos mais íntimos da personalidade, incluindo o religioso e o espiritual».⁵⁹

49. A formação dos formadores – de inspiração cristã – tem como objetivo quer seja a pessoa do docente quer seja a construção e a consolidação de uma *comunidade educativa* através da profícua troca didática, emocional e pessoal. Deste modo gera-se uma relação ativa entre os educadores onde o crescimento pessoal integral enriquece aquele profissional, vivendo o ensino como um serviço de humanização. Portanto, é necessário que os docentes católicos recebam uma preparação adequada sobre o conteúdo

⁵⁶ CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, *Educar hoje e amanhã. Uma paixão que se renova*, Cidade do Vaticano 2014, Cap. II, n. 7.

⁵⁷ Cf. CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, *Educar juntos na escola católica. Missão partilhada por pessoas consagradas e fiéis leigos*, 8 Setembro 2007, nn. 34-37.

⁵⁸ PAULO VI, Exortação apostólica *Evangelii nuntiandi*, 8 Dezembro 1975, n. 41.

⁵⁹ *Orientações educativas sobre o amor humano*, n. 80.

dos diversos aspetos da questão do *gender* e estejam informados sobre as leis em vigor e as propostas em via de discussão nos próprios Países com o auxílio de pessoas qualificadas de maneira equilibrada e em nome do diálogo. As instituições universitárias e os centros de investigação são chamados a oferecer o seu específico contributo a fim de garantir uma formação adequada e atualizada durante todo o arco da vida.

50. No que se refere à específica ação da educação para o amor humano – «tendo em conta o progresso da psicologia, da pedagogia e da didática»⁶⁰ – requer-se para os formadores «uma preparação psicopedagógica apropriada e séria, que lhe permita perceber situações particulares que exijam uma atenção especial».⁶¹ Consequentemente, «torna-se necessária uma visão clara da situação, porque o método usado não somente condiciona grandemente o sucesso desta delicada educação, como também a colaboração entre os diferentes responsáveis».⁶²

51. Hoje muitas legislações reconhecem a autonomia e a liberdade de ensino. Neste âmbito, as escolas têm a oportunidade de colaborar com as instituições católicas de instrução superior no aprofundamento dos diversos aspetos da educação sexual a fim de realizar subsídios, guias pedagógicos e manuais didáticos construídos com a «visão cristã do homem».⁶³ A tal propósito, os pedagogos e os docentes de didática e também os especialistas em literatura infantil e da adolescência tenham a possibilidade de contribuir com instrumentos inovadores e criativos para a consolidação da educação integral da pessoa desde a primeira infância contra as visões parciais e distorcidas. À luz de um renovado pacto educativo, a cooperação entre todos os responsáveis – a nível local, nacional e internacional – não se pode esgotar apenas na partilha de ideias e na profícua troca de boas práticas, mas oferece-se como um importante meio de formação permanente dos próprios educadores.

⁶⁰ *Gravissimum educationis*, n. 1.

⁶¹ *Orientações educativas sobre o amor humano*, n. 81.

⁶² *Ibid.*, n. 83.

⁶³ *Ibid.*, n. 22.

CONCLUSÃO

52. Em conclusão, a *via do diálogo* – que escuta, analisa e propõe – apresenta-se como o percurso mais eficaz para uma transformação positiva das inquietudes e das incompreensões num recurso para o desenvolvimento de um ambiente relacional mais aberto e humano. Pelo contrário, a aproximação ideologizada às delicadas questões de género, ainda que declarando o respeito pela diversidade, arrisca considerar as próprias diferenças de modo estático, deixando-as isoladas e impermeáveis umas às outras.

53. A proposta educativa cristã enriquece o diálogo na medida em que vai «favorecer a realização do homem através do desenvolvimento de todo o seu ser, espírito incarnado, e dos dons da natureza e da graça com os quais foi enriquecido por Deus». ⁶⁴ Isto exige um sentido de acolhedora *aproximação ao outro* a ser entendido como antídoto natural da “cultura do descartável” e do isolamento. Promove-se, deste modo, a «dignidade originária de cada homem e mulher, insuprível, indisponível para qualquer poder ou ideologia». ⁶⁵

54. Para além de qualquer reducionismo ideológico ou relativismo homologante, as educadoras e os educadores católicos – na correspondência à identidade recebida da inspiração evangélica – são chamados a *transformar positivamente os desafios atuais em oportunidades*, percorrendo os caminhos do acolhimento, da razão e da proposta cristã, e também testemunhando com as modalidades da própria presença a coerência entre as palavras e a

⁶⁴ *Orientações educativas sobre o amor humano*, n. 21.

⁶⁵ PAPA FRANCISCO, *Discurso à Delegação do Instituto “Dignitatis humanae”*, 7 Dezembro 2013.

vida.⁶⁶ Os formadores têm a fascinante missão educativa de «ensinar um percurso pelas diversas expressões do amor, o cuidado mútuo, a ternura respeitosa, a comunicação rica de sentido. Com efeito, tudo isto prepara para uma doação íntegra e generosa de si mesmo que se expressará, depois dum compromisso público, na entrega dos corpos. Assim a união sexual no matrimónio aparecerá como sinal dum compromisso totalizante, enriquecido por todo o caminho anterior».⁶⁷

55. Também não contradiz esta cultura de diálogo a legítima aspiração das escolas católicas de manter a própria visão da sexualidade humana em função da liberdade das famílias de poder basear a educação dos próprios filhos sobre uma *antropologia integral*, capaz de harmonizar todas as dimensões que constituem a identidade física, psíquica e espiritual. Um Estado democrático não pode, de facto, reduzir a proposta educativa a um único modo de pensar especialmente numa matéria tão delicada que toca a visão fundamental da natureza humana e o direito natural dos pais de uma livre escolha educativa, sempre segundo a dignidade da pessoa humana. Cada instituição escolar deve, portanto, dotar-se de instrumentos organizativos e programas didáticos que tornem real e concreto este direito dos pais. Assim, a proposta pedagógica cristã concretiza-se como uma solida resposta à antropologia da fragmentação e do provisório.

56. Os centros educativos católicos na oferta de programas de formação afetiva e sexual devem ter em consideração as diferentes idades dos alunos, e darem auxílio no pleno respeito por todas as pessoas. Isto pode-se realizar através de um *percurso de acompanhamento* discreto e reservado, com o qual se vai ao encontro também daqueles que se encontra a viver uma situação complexa e dolorosa. A escola deve, portanto, apresentar-se como um ambiente de confiança, aberto e sereno especialmente naqueles casos que necessitam tempo e discernimento. É importante criar

⁶⁶ Cf. *Educar para o diálogo intercultural na escola católica. Viver juntos para uma civilização de amor*, conclusão.

⁶⁷ *Amoris laetitia*, n. 283.

as condições para um acolhimento paciente e compreensivo, afastado de injustas discriminações.

57. Bem consciente da solicitude educativa e do cansaço quotidiano vivido pelas pessoas empenhadas na escola e nos variados contextos da atividade pedagógica formais e informais, a Congregação para a Educação Católica encoraja a prosseguir na missão formativa das novas gerações, especialmente daqueles que sofrem a pobreza nas suas variadas expressões e têm necessidade do amor dos educadores e das educadoras, de modo tal que «os jovens não sejam somente amados, mas também saibam que são amados» (São João Bosco). Este Dicastério exprime, também, viva gratidão e – com as palavras do Papa Francisco – encoraja «os professores cristãos, que trabalham quer em escolas católicas, quer em escolas estatais, [...] a estimular nos alunos a abertura ao outro como rosto, como pessoa, como irmão e irmã que deve ser conhecido e respeitado, com a sua história, as suas qualidades e defeitos, riquezas e limites. A aposta consiste em cooperar para formar jovens abertos e que se interessam pela realidade que os circunda, capazes de cuidado e ternura».⁶⁸

Cidade do Vaticano, 2 Fevereiro 2019, Festa da Apresentação do Senhor.

GIUSEPPE Card. VERSALDI
Prefeito

Arceb. ANGELO VINCENZO ZANI
Secretário

⁶⁸ Papa Francisco, *Discurso à Associação Italiana de Professores Católicos*, 5 Janeiro 2018.